

## Sumário

<i>Prefácio</i> .....	5
-----------------------	---

<i>Introdução</i> .....	11
-------------------------	----

### *Capítulo I – Elementos Históricos da Concessão no Brasil*

<i>1. Introdução</i> .....	15
<i>2. A história do contrato de concessão</i> .....	17
<i>3. Doutrina brasileira da metade do século XX</i>	
3.1 <i>Considerações iniciais</i> .....	27
3.2 <i>Um retrato de época sobre a concessão como instrumento de         colaboração no Brasil</i> .....	28
3.2.1 <i>Primeira impressão</i> .....	30
3.2.2 <i>Haveria um uso “correto” da palavra “concessão”?</i> .....	32
3.2.3 <i>Qual a natureza jurídica da concessão?</i> .....	34
3.2.4 <i>O objeto “prestação de serviço público” é um dos                 elementos essenciais da concessão?</i> .....	37
3.2.5 <i>Conclusões parciais</i> .....	38

### *Capítulo II – A Concessão como Instrumento de Colaboração entre o Particular e a Administração Pública*

<i>1. O regime jurídico especial de direito público do contrato administrativo clássico</i> .....	39
<i>2. Novos vetores para a revisão da teoria clássica do contrato administrativo</i> .....	45
2.1 <i>Contrato administrativo versus contrato privado: a armadilha         dessa classificação</i> .....	45
2.2 <i>Relativização da dimensão do autoritarismo do poder estatal         em matéria contratual</i> .....	48
2.3 <i>Administração consensual e os mecanismos de consenso no         contrato administrativo</i> .....	54

2.4 Princípio da legalidade em matéria contratual: crise da lei formal .....	59
2.5 Contrato como instrumento (limitado) de regulação: o problema da sua incompletude .....	67
<b>3. Conclusões parciais .....</b>	<b>69</b>

### *Capítulo III – Concessão na Constituição Federal*

<b>1. A Constituição Federal brasileira traz um conceito de “concessão”? .....</b>	<b>71</b>
<b>2. Concessão, permissão e autorização: a Constituição estabelece uma diferença? .....</b>	<b>78</b>
<b>3. Competência legislativa da União em matéria de licitação e contratação: o problema da “norma geral” .....</b>	<b>97</b>
<b>4. Competência legislativa da União em matéria de concessão .....</b>	<b>114</b>
<b>5. A Constituição traz um rol exaustivo de bens e serviços que podem ser dados em concessão? .....</b>	<b>122</b>

### *Capítulo IV – Caracterização da Concessão*

<b>1. Introdução .....</b>	<b>129</b>
<b>2. Direito Europeu .....</b>	<b>130</b>
<b>3. O caso brasileiro da parceria público-privada .....</b>	<b>137</b>
<b>4. Por que buscar um conceito de “concessão”? .....</b>	<b>149</b>
<b>5. Caracterização da concessão</b>	
5.1 O lugar-comum .....	152
5.2 A inutilidade dos tradicionais elementos essenciais para a caracterização da concessão na atualidade .....	152
5.2.1 O objeto da concessão .....	153
5.2.2 O mecanismo de remuneração do concessionário .....	160
5.2.3 O significado da expressão “exploração por sua própria conta e risco” .....	165
5.2.4 A realização de investimentos pelo contratado .....	170
5.3 Caracterização pela sua função .....	172
5.4 Concessão administrativa é uma falsa concessão? .....	176
<b>6. O impacto da Lei 11.079/2004 nos modelos concessórios .....</b>	<b>181</b>
<b>7. Efeitos jurídicos derivados da ampliação do conceito de “concessão” .....</b>	<b>182</b>

### *Conclusão*

<b>1. Qual era o objetivo do trabalho? .....</b>	<b>193</b>
<b>2. Qual o caminho percorrido para testar a hipótese do trabalho e as conclusões a que se chegou? .....</b>	<b>193</b>
<b>3. Considerações finais .....</b>	<b>201</b>

<b>Bibliografia .....</b>	<b>203</b>
---------------------------	------------